

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.  
(anteriormente denominada Conasa - Companhia  
Nacional S.A.)

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.  
(anteriormente denominada Conasa - Companhia Nacional S.A.)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os Administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("CONASA") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A evolução dos resultados da Companhia nos últimos anos e as significativas mudanças nos cenários macroeconômico e concorrencial levaram à ampliação da estratégia de negócios, passando a CONASA a atuar em todas as áreas de infraestrutura.

Em 14 de novembro de 2016 a Companhia formalizou o Pedido de Registro de Emissor de Valores Mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários - CVM na Categoria A e listagem na BM&FBovespa, no segmento BOVESPA MAIS.

A estratégia a listagem no BOVESPA MAIS está associada a um planejamento de longo prazo que visa agregar capacidade de investimento e liquidez às ações, ao mesmo tempo implantando imediatamente os mais altos padrões de governança corporativas em um ambiente transparente e parametrizado pelas regras da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários.

Com a possibilidade aumento gradual das ações em circulação, a Companhia planeja, durante o prazo permitido no ambiente do BOVESPA MAIS, agregar projetos e demonstrar para o mercado sua capacidade de crescimento, bem como sua capacidade de performance sobre os projetos operacionais.

### Principais destaques

A Companhia é uma holding focada em infraestrutura, detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 13 empresas, sendo 8 concessões ou PPPs (Parceria Público Privado) de saneamento básico e iluminação pública.

A Companhia Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão ao final de 2015, firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, repactuando investimentos e as tarifas. Com o reequilíbrio, a receita bruta da controlada, excluída a receita de construção, passou de R\$ 35.489 para R\$ 47.994.

Até o final da concessão, no sistema de abastecimento de água serão investidos R\$ 149.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R\$ 353.931, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014.

Em 2016, com um investimento de R\$ 19.826 a Águas de Itapema ampliou a rede de esgoto em 14km e atingirá 17 km no início de 2017, ampliando a cobertura de esgoto de 68% para 74,2% da população do município.

Ainda no segmento de saneamento, a Sanesalto Saneamento S.A. concluiu a primeira fase dos investimentos em expansão e melhoria da capacidade de tratamento da ETE Santa Isabel, com a implantação de sistema de pós tratamento de lodos ativados em um investimento de R\$ 12.000. O investimento foi necessário devido a carga orgânica acima do previsto originalmente no edital da concessão, com início de operação em 19 de agosto de 2016.

A Águas de Meriti encerrou o exercício de 2016 implantando a estrutura inicial para execução do escopo contratual de coleta e tratamento de esgoto no município de São João de Meriti. A concessionária realizou 12.695 atendimentos aos usuários, incluindo realizados na Loja de Atendimento ao Usuário ou através de atendimento telefônico (8.548). Outro serviço com significativa demanda foi a desobstrução de rede/ramal de esgoto (3.336). Os serviços restantes foram distribuídos entre limpeza de poços de visita e substituição de tampas de poços de visitas.

Os investimentos realizados, sempre vinculados ao escopo do contrato de concessão, centraram-se primeiro na construção de um cadastro comercial e técnico que atingiu o percentual de execução de 70,6% da meta necessária à emissão das contas de consumo. No aspecto técnico, o cadastro registrou no ano de 2016 um total de 259 km de redes, coletores tronco e emissários. A implantação de redes somou 1.886 metros. A previsão de início de faturamento foi prorrogada para o exercício de 2017, pelo atraso da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) na transferência das informações para faturamento.

Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar o resultado da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Posteriormente, como será detalhado na Nota Explicativa 30 de Eventos Subsequentes, em 12 de janeiro de 2017, a prefeitura de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio. Em 31 de janeiro de 2017, a concessionária ingressou com Ação declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município.

A Sanetrat concluiu em 2015 a ampliação e atualização tecnológica da estação de tratamento de efluentes industriais ("ETEI"), localizada na cidade de Salto, São Paulo, que proporcionou crescimento orgânico de 27% em seu faturamento, comparado com o ano anterior. Em 2016, fruto da expansão, obteve licença de operação adicional que suprimiu a Exigência Técnica (ET-3) da CETESB, da necessidade de tratar os efluentes industriais abaixo do limite de 60 mg/l de DBO, aumentando a capacidade de recebimento de efluentes industriais e ampliando o faturamento da Companhia de R\$ 4.559 para R\$ 4.983. Além disso, a Companhia avançou na instalação da ETEI em Porto Belo - SC.

No segmento de iluminação pública, a receita líquida passou de R\$ 50.183 para R\$ 85.740, fruto da expansão de projetos, reequilíbrio econômico de contrato e aumento nos investimentos realizados pelas concessionárias do grupo.

A Caragua Luz, detentora da PPP de iluminação pública de Caraguatatuba - SP, instalou 4.626 luminárias LED e completará 100% do município nessa tecnologia até o exercício de 2018. Com um investimento no parque de iluminação de R\$ 11.632 apenas no exercício de 2016, a Companhia demonstra a viabilidade de PPPs no setor.

A Alegrete, detentora da PPP de iluminação pública em São João do Meriti - RJ, investiu em 2016 R\$ 4.081 para a expansão de 1.119 luminárias na tecnologia LED. Em fevereiro de 2016, a Alegrete obteve o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de PPP. O setor elétrico passou por diversas decisões regulatórias e efeitos climáticos que culminaram em um aumento de R\$ 685 no custo de energia da PPP, o principal custo da empresa. Após abertura de processo administrativo e comprovação dos fatos relatados, o contrato teve sua contraprestação ajustada para o novo patamar de preços de energia elétrica. Ainda no exercício de 2016, o Município e a concessionária firmaram o 2º Termo Aditivo que definiu a substituição da totalidade dos pontos de iluminação pública por tecnologia LED até o exercício de 2019, bem como padronizou os indicadores operacionais inserindo um verificador independente para auditoria do desempenho da concessionária.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá - SP. A proposta foi homologada e o consórcio vencedor constituiu a Mauá Luz Ltda., da qual a Companhia detém 20% em contrato de parceria com a Urbeluz. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350.

No exercício fiscal de 2016, os resultados da CONASA refletiram as relevantes melhorias operacionais e de desempenho financeiro implementadas no exercício de 2015 na Companhia e em suas Investidas.

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, passando de R\$ 114.500 em 2015 para R\$ 165.849 em 2016. A elevação de receitas advém essencialmente das revisões tarifárias, ampliação de receitas em novos negócios e investimentos realizados.

Vale ressaltar que na receita consolidada da CONASA não apresenta a consolidação contábil das participações na Sanesalto, cuja receita líquida somou R\$ 23.537, concessionária sobre a qual detém 49,95% das ações, e na Águas de Meriti, concessionária a qual detém indiretamente 49% das cotas e da Mauá Luz, em que detém 20% das cotas, ambas em início de operação.

O EBITDA evoluiu de R\$ 49.375 em 2015 para R\$ 54.456 em 2016, partindo de R\$ 27.487 em 2014.

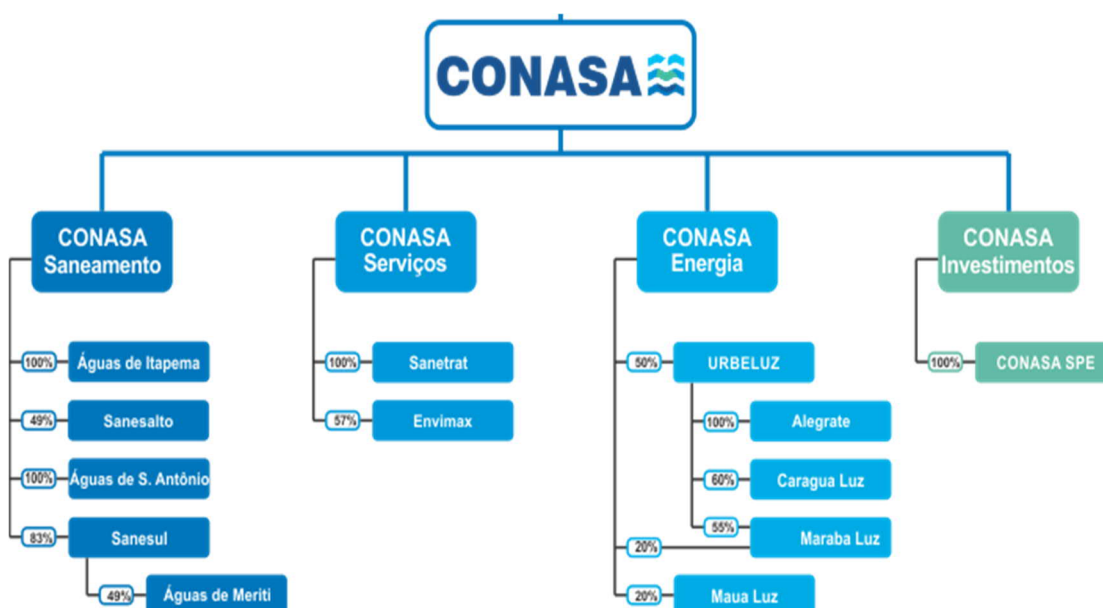
O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, desenvolvendo novos negócios e reduzindo a alavancagem financeira, além da conclusão de processos de reequilíbrio econômico que se efetivaram em 2016, garantindo o direito das concessionárias ao retorno dos investimentos realizados.

A Administração da CONASA reitera o compromisso em prover a expansão da infraestrutura sob sua responsabilidade, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados.

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E HISTÓRICO

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. é a holding de investimento focada em infraestrutura, notadamente concessões e PPPs de saneamento básico e iluminação pública.

A estrutura organizacional concebida, com atuação conjunta da Holding com as SPEs, permite a centralização da estrutura estratégica de operação e desenvolvimento de novos negócios, mantendo nas empresas investidas a estrutura restrita necessária para o operacional.



No exercício de 2016 foi consolidada a centralização da controladoria de todas as Investidas que exercem suas atividades sob o regime de concessão e atuam na prestação de serviços, incluindo todas atividades financeiras, contábeis, de recursos humanos e jurídicas.

## HISTÓRICO

A CONASA Infraestrutura S.A. foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais e energia.

O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental.

A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria como controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico e iluminação pública, além de empresas voltadas a prestação de serviço.

Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema - SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto - SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; 2. No segmento de iluminação pública (v) Urbeluz, empresa especializada em obras de eficiência energética e de iluminação pública; (vi) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João do Meriti - RJ; (vii) Caragua Luz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (viii) Marabá Luz, SPE em fase pré-operacional concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (ix) Mauá Luz, SPE concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; 3. No segmento de serviços (x) Sanetrat, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xi) Envimax, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; e 4. No segmento de investimentos (xi) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos.

A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema - SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R\$ 134.411 em obras de água e esgoto, sendo que R\$ 99.466 foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R\$ 34.945 foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas pensadas quando da licitação.

Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R\$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R\$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R\$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de abastecimento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044.

A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto - SP, o qual não contava com tratamento de esgoto. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R\$ 70.331, inicialmente, a companhia elevou, o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 91%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento inicialmente implantado consistia em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%.

Em 2008, a CONASA adquiriu a Águas de Santo Antônio, concessionária de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ. Com investimentos de mais de R\$ 7.058 até o encerramento do exercício de 2015, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade.

Também em 2008, criou a Sanetrat Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

Em 2014, com a aquisição do controle da Sanesul, a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas.

São João de Meriti possui uma área de 35.216 km<sup>2</sup>, sendo 100% urbanizado, e população de 460 mil habitantes. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km<sup>2</sup>. Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa.

A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R\$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti alocará mais de 65% desse valor até 2020 e será a primeira cidade da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baía da Guanabara.

Em 2015, a CONASA adquiriu uma participação significativa na Urbeluz que possui experiências em obras de eficiência energética e iluminação pública em centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima.

No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias.

A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos da gestão de iluminação pública de São João do Meriti - RJ, em que serão investidos R\$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública.



Em Caraguatatuba, a Caragua Luz foi constituída como sociedade de propósito específico, em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá - SP. A proposta foi homologada e o consórcio vencedor constituiu a Maua Luz Ltda., da qual a Companhia detém 20% em contrato de parceria com a Urbeluz. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350.

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas. Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração e alterar o Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros com mandato de um ano, permitida a reeleição. No ano de 2016 a renovação dos membros do Conselho de Administração contemplou a escolha de três membros independentes, eleitos e empossados em 27 de outubro de 2016.

Os conselheiros independentes eleitos agregam conhecimentos de diferentes áreas: José Roberto de Mattos Curan, foi executivo de instituições financeiras como Itaú, Votorantim e Original e é membro do conselho fiscal da CPFL - Energia Renováveis, Giuseppe Viscomi, sócio da consultoria Brasplan, e Marcus Vinicius Bossa Grassano, sócio fundador do escritório Grassano & Associados, um dos escritórios com destaque na revista Análise Advocacia 500.

A Diretoria Executiva é composta por quatro Diretores (Presidente, Administrativo-Financeiro, Engenharia e Operações, e Relações com Investidores), com mandato de um ano, permitida a reeleição.

#### GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

A obtenção da certificação ISO 9001 em 2010 pela Águas de Itapema foi uma grande conquista na busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela companhia.

A Companhia Águas de Santo Antônio obteve certificação ISO 9001 no ano de 2010. Esta ferramenta de gestão proporcionou a busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela empresa.

No ano de 2011 a Sanesalto obteve certificação para o Sistema de Gestão Integrado baseado nas NBR ISO 14001/2004 - Sistema de Gestão Ambiental e NBR ISO 9001/2008 - Sistema de Gestão da Qualidade. Com o Sistema de Gestão Ambiental a empresa visa a preservação o meio ambiente por meio de ações que visam prevenção, controle e minimização de seus impactos ambientais significativos.

Todos as certificações dessas investidas vêm sendo renovadas assim como os instrumentos de gestão vem sendo atualizados para retratar sempre o mais atual dos sistemas de gestão.

## AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da companhia contratou a BDO Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2013 a 2016.

A remuneração dos auditores no exercício de 2016 foi de R\$ 75 pela auditoria da companhia, somado ao valor de R\$ 239 pela auditoria de 11 sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria, sem que a companhia ou suas coligadas contratem a BDO para exercício de outras atividades de consultoria que poderiam gerar conflitos de interesse.

## BOVESPA MAIS

Com o pedido de listagem no ambiente do BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA, bem como registro na CVM na categoria A, a Companhia passa a atender todas as exigências de governança corporativa de ambas as instituições.

Inclui-se nas obrigações da Companhia, a cláusula compromissória definida pelo Estatuto Social de resolução de controvérsias perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

## CÓDIGO DE ÉTICA - COMPLIANCE

No exercício de 2016, a Companhia e suas controladas e coligadas estruturaram as diversas áreas internas para implantação de Manual de Ética e Postura, com objetivo de implantar políticas de compliance comuns a todo grupo.

---

## DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de novos negócios e amortização de dívidas.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013 para 1,71 em 2015 e 1,09 em 2016. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA.

A redução razão dívida líquida por EBITDA nos menores níveis do mercado permitirá à Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios.

### RECEITAS

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 114.500 em 2015 para R\$ 165.849 em 2016. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

### CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram aumento de R\$ 62.081 em 2015 para R\$ 89.511, resultado essencialmente do custo de construção de R\$ 35.540 em 2016 que reflete o aumento dos investimentos realizados pelas concessionárias.

Os custos, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 50.210 contra R\$ 46.258 em 2015, e as despesas, excluídos os efeitos de PECLD e depreciação do ativo imobilizado, R\$ 23.968.

A pequena variação de custos e despesas se deve a efeitos inflacionários nas Companhias consolidadas reduzidos pela ausência de consolidação da Águas de Santo Antônio e incluem a entrada em operação plena de novos negócios, como CaraguaLuz.

## EBITDA

Evolução absoluta do EBITDA nos últimos três anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação, principalmente motivado pelos reequilíbrios econômicos e desenvolvimento de novos negócios.

EBITDA	2016	2015	2014
Lucro Líquido	29.105	24.548	10.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.122	5.270	2.015
Depreciação e Amortização	4.950	6.104	5.245
Resultado Financeiro	11.279	13.453	10.227
EBITDA	54.456	49.375	27.487
Margem EBITDA	41,79%	47,58%	56,60%

A margem de EBITDA apresentou uma ligeira redução em decorrência do segmento energia e da entrada em operação de PPP de iluminação pública, como Alegrete e CaraguaLuz. Este segmento tem EBITDA positivo e agregou ao resultado geral da Companhia, mas apresenta margens menores quando comparadas com o segmento de saneamento, em decorrência de maiores custos operacionais e menores necessidades de investimento.

## RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2016 impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária do passivo. As despesas financeiras atingiram R\$ 17.957, contra R\$ 19.410 em 2015. O resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2016 em (R\$ 11.279) contra (R\$ 13.453) em 2015.

## LUCRO

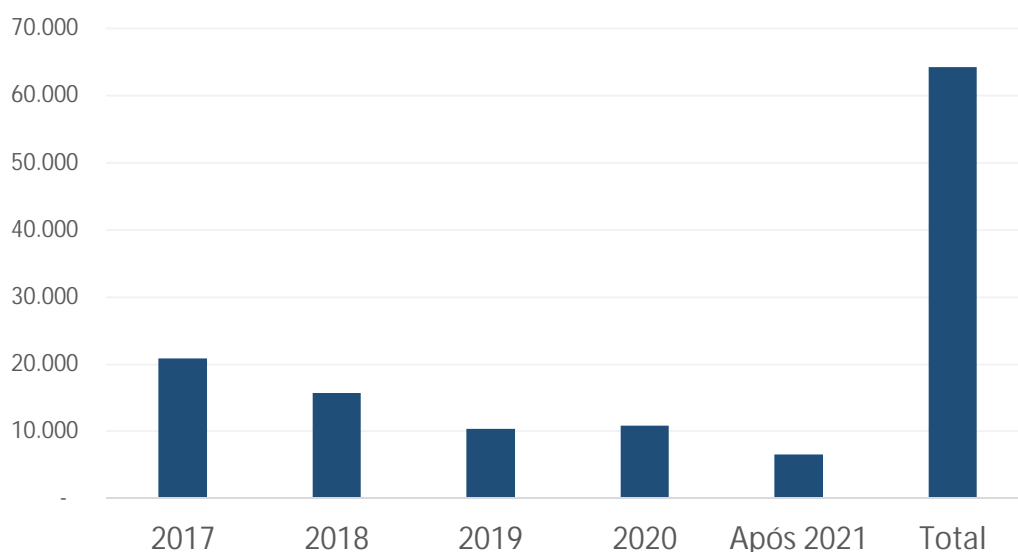
A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 29.105 no ano de 2016, ante R\$ 25.942 em 2015 e R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

## PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

## DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2016	2015	2014
Lucro Líquido	29.105	24.548	10.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.122	5.270	2.015
Depreciação e Amortização	4.950	6.104	5.245
Resultado Financeiro	11.279	13.453	10.227
<b>EBITDA</b>	<b>54.456</b>	<b>49.375</b>	<b>27.487</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>41,79%</b>	<b>47,58%</b>	<b>56,60%</b>
Dívida Bruta	66.764	93.838	77.090
Disponibilidades	3.211	5.012	20.294
Conta Reserva	4.395	4.262	3.405
<b>Dívida Líquida</b>	<b>59.158</b>	<b>84.564</b>	<b>53.391</b>
<b>Dívida Líquida EBITDA</b>	<b>1,09 x</b>	<b>1,71 x</b>	<b>1,94 x</b>

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

## ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R\$ 124.167 em 2016, contra R\$ 93.817 em 2015, fruto de um investimento em ativos intangíveis de R\$ 35.540 no exercício de 2016.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

---

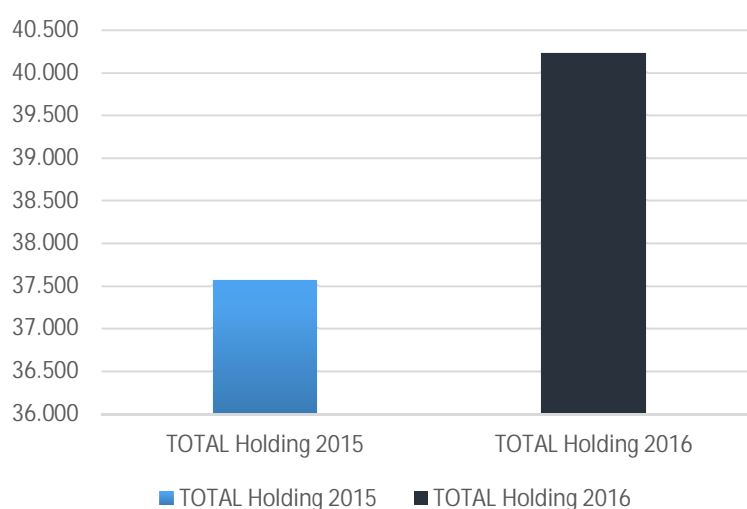
## DESEMPENHO OPERACIONAL

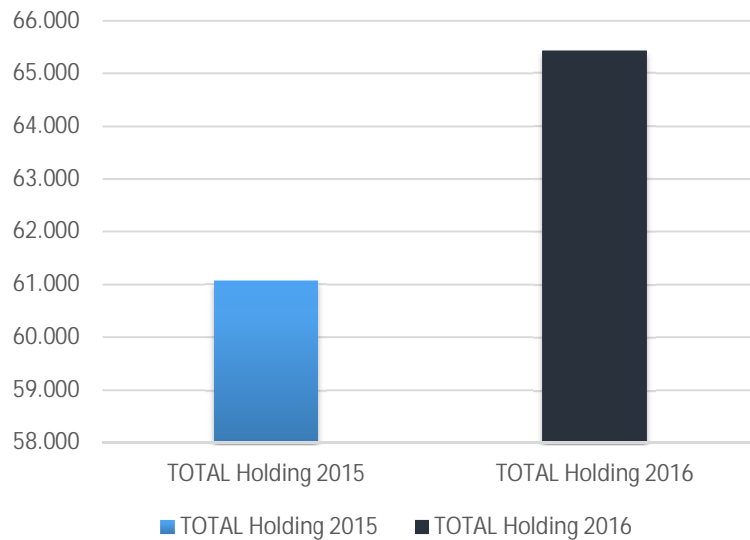
A Companhia inclui no Relatório da Administração informações operacionais, considerando ativos em operação de controladas e coligadas, admitindo o volume de ativos em operação pela ponderação de sua participação. No segmento de saneamento, considera-se as empresas Águas de Itapema, Sanesalto e Águas de Meriti (49%). As economias de água da Águas de Santo Antônio não foram consideradas pela situação de intervenção no exercício de 2016. No segmento de energia, a Companhia considera os ativos da Alegrete, CaraguaLuz e MauáLuz (20%).

### SANEAMENTO BÁSICO

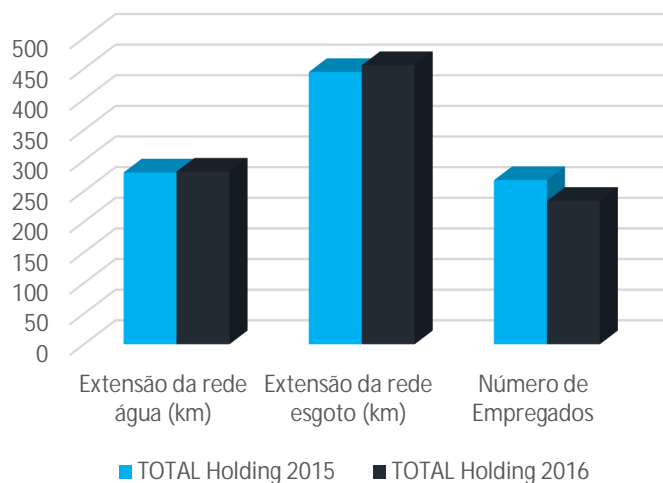
No segmento de saneamento, a CONASA registrou no exercício de 2016 um aumento no número de economias atendidas de 6,6% nos sistemas de abastecimento de água e de 6,7% nos sistemas de esgotamento sanitário.

Esse crescimento se deu como resultado do crescimento vegetativo das cidades atendidas.





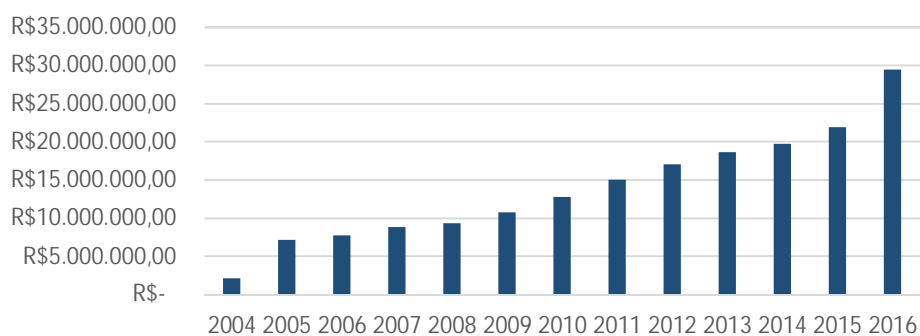
Destaca-se que o número de economias de esgoto não reflete ainda a expansão de rede de esgoto em desenvolvimento pela Águas de Itapema, que deverá agregar cerca de 1800 economias no exercício de 2017.



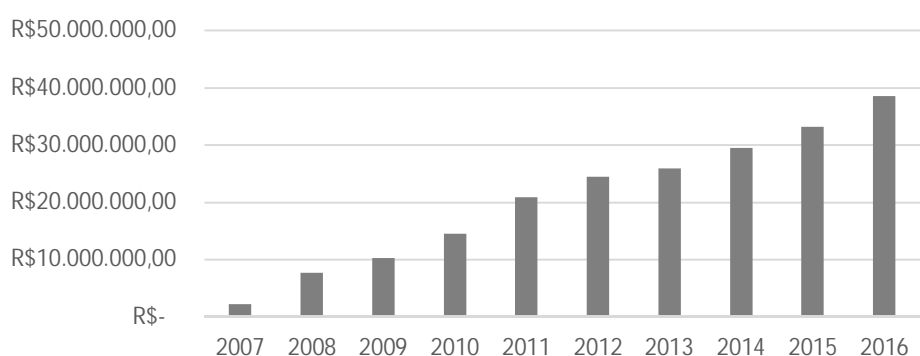
O faturamento da Companhia no segmento água e esgoto tem se comportado de acordo com as expectativas estabelecidas no planejamento dos contratos, sendo que os desvios têm sido compensados ao longo do histórico de execução dos contratos.



### Evolução do Faturamento Anual com Água (R\$)

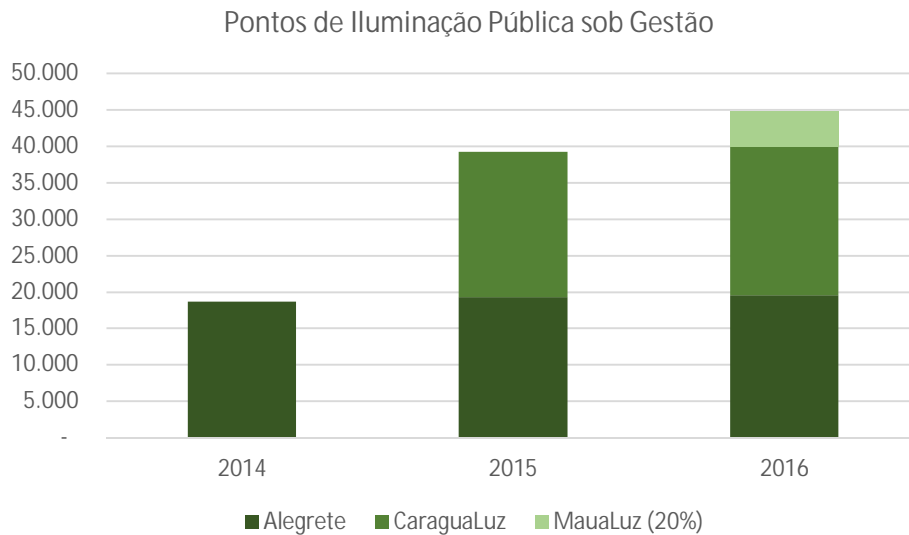


### Evolução do Faturamento Anual com Esgoto (R\$)

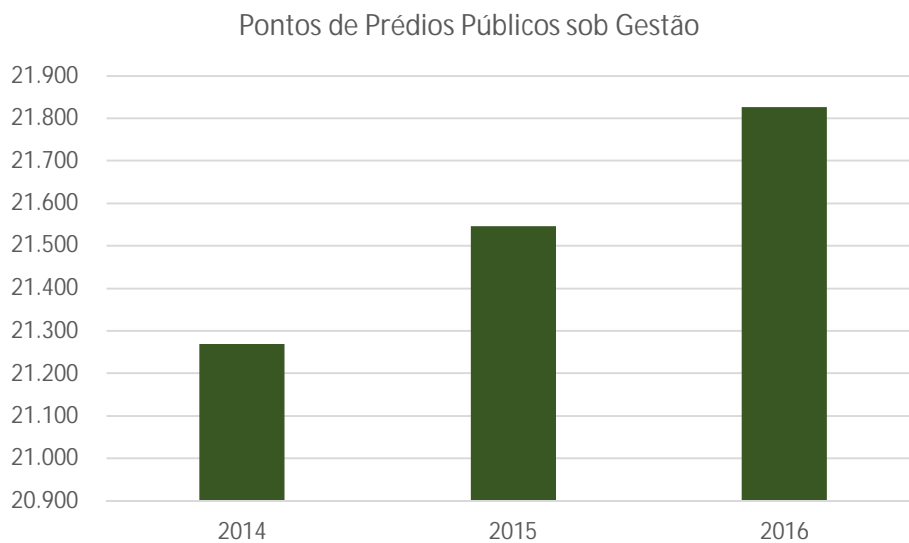


As ações preventivas nas unidades operacionais, bem como rigoroso controle de seus processos e as obras efetuadas durante a vigência do contrato, garantiram uma temporada 2015/2016 e 2016/2017, com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitários operando em sua normalidade não registrando ocorrências como falta de água, ou problemas na rede coletora de esgoto. Os parâmetros da qualidade da água tratada e lançamento do esgoto tratado estiveram dentro dos parâmetros de acordo com a legislação vigente.

Em iluminação pública, a URBELUZ vem aumentando sua base de clientes consistentemente. Ao final de 2015, a Companhia atendia 39.243 pontos de iluminação pública em regime de PPP, e encerrou 2016 com 44.753. O foco neste momento está na realização dos investimentos previstos com maximização da eficiência do investimento.



A consolidação acima considera apenas pontos sob gestão em regime de parcerias público privada, incluindo a consolidação das sociedades de propósito específico controladas em sua totalidade e as não controladas proporcionalmente.



Os investimentos realizados em 2016 permitiram uma redução de consumo de energia sobre as 5.475 luminárias substituídas para tecnologia LED de cerca de 59% na CaraguaLuz e 72% na Alegrete.

Atualmente, segundo Radar PPP, são 9 contratos assinados de PPP de iluminação pública no Brasil, 4 dos quais a Companhia detém participação.

---

## RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

A Companhia preza para que a sua atuação e de suas controladas, coligadas e investidas esteja sempre observando os princípios de responsabilidade sócio ambiental.

Todas as controladas, coligadas e investidas observam rigorosamente a legislação ambiental aplicável pela manutenção da regularidade de todas as suas atividades e empreendimentos junto aos órgãos ambientais e regulatórios.

Além da preocupação ambiental, a Companhia exerce seu papel social e desenvolve atividades de conscientização e participação popular sobre recursos hídricos.

A Tarifa Social, presente em todas as Concessionárias da CONASA, foi implantada visando proporcionar a inclusão de pessoas de baixa renda ao acesso ao saneamento básico, fornecendo água com qualidade e o tratamento do esgoto.

A participação na comunidade através de ações que são desenvolvidas em conjunto com os projetos e programas em curso nas municipalidades onde atua.

A Águas de Itapema empreende de campanhas periódicas e atividades com a participação da comunidade, no exercício de 2016 o evento mais representativo desses eventos a Conasa Águas de Itapema realizou a segunda Conferência CONASA, com o tema “Água, Desenvolvimento e Futuro”, com a participação dos palestrantes Eduardo Giannetti, Fernando Gabeira, e Luiz Eduardo Cheida. Esse evento aberto à comunidade e em particular a juventude, escolas de ensino médio e superior de Itapema e região próxima.

**2ª CONFERÊNCIA CONASA**  
**Água, Desenvolvimento e Futuro**

Data: 22 e 23 de março de 2016  
Local: Plaza Itapema Resort & Spa  
em Itapema - SC



**PROGRAMAÇÃO**

Dia 22/03	Dia 23/03
18h - Credenciamento	9h - Palestra "Brasil das Águas" Palestrante: Fernando Gabeira
19h30 - Abertura com coordenação de Luiz Eduardo Cheida	Coffee Break
20h30 - Palestra "Água, Desenvolvimento e Futuro" Palestrante: Eduardo Giannetti	10h às 10h30 - Palestra "Água e Saúde" Palestrante: Luiz Eduardo Cheida
21h30 - Coquetel	10h30 às 11h30 - Mesa Redonda "Como Será o Amanhã" Coordenador: Luiz Eduardo Cheida Profa. Msc. Camila Burgo Marim - Professora de Oceanografia e Engenharia Ambiental da Univali Profa. Dra. Kátia Naomi Kuroshima - Coordenadora do Curso de Oceanografia da Univali
	14h -
	15h30 às 16h - Coffee Break
	16h - Debate e Considerações Finais

**Inscrições gratuitas e limitadas pelo site até 20 de março**  
[www.conferenciaconasa.com.br](http://www.conferenciaconasa.com.br)

A Sanesalto recebeu o prêmio de destaque em Meio Ambiente, promovido pelo jornal local de Salto-SP, Taperá, principalmente pela ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto e pioneirismos no atingimento de mais de 90% do esgoto tratado dentre os municípios que beiram o Rio Tietê.

No exercício de 2016, a Companhia também apoiou o projeto Águas do Amanhã, do ecoesportista Dan Robson. Em julho o ecoesportista percorreu de caiaque novamente o percurso de 123 km no Rio Jundiá entre Mairiporã e Salto a convite da Conasa Sanesalto, percurso que já havia sido monitorado pelo projeto em 2014.

Os resultados das análises obtidas servem de base para órgãos ambientais, empresas de saneamento e usuários da bacia para monitorar a qualidade da água e gerar ações de recuperação do Rio Jundiá.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Conasa Infraestrutura S.A.  
(anteriormente denominada Conasa - Companhia Nacional S/A)  
Londrina - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia") (anteriormente denominada Conasa - Companhia Nacional S/A), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Conasa Infraestrutura S.A (anteriormente denominada Conasa - Companhia Nacional S/A) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Conasa Infraestrutura S.A (anteriormente denominada Conasa - Companhia Nacional S/A), e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat Saneamento S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa N° 10 às demonstrações contábeis, o montante de R\$ 31.689 mil refere-se a Cédula de Crédito Imobiliário - CCI de empresa que está em processo de falência e as garantias cedidas a Sanetrat, estão sendo discutidas judicialmente, sob acompanhamento de seu departamento jurídico.

Resposta da auditoria ao assunto de Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto de manutenção do registro do saldo do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) Recebimento e avaliação de parecer jurídico sobre a situação do andamento do processo, discussão das garantias vinculadas, prognóstico de possibilidade de execução das garantias, previsão estimada de acordo com situações semelhantes no mercado, sobre o recebimento do recurso relacionado uma vez que o valor das garantias superam o valor ora vinculado a transação da CCI; (ii) Avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito; (iii) Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Conforme divulgado na nota explicativa n° 14 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas mantém os montantes de R\$ 116.365 mil registrados no Ativo Intangível relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de saneamento. Esses investimentos realizados possuem recuperação ao longo do contrato de concessão, baseado no recebimento de tarifas de serviço prestado aos consumidores. Estas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa, descontados a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a estes contratos de concessão, na qual exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto de manutenção do registro do saldo do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU), que no caso, são os contratos de concessão individualizados por investida da Companhia, por empresa independente contratada pela Companhia, mas baseando as suas avaliações em informações internas; (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas pela empresa especializada para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; (iii) Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

## Ênfase

### Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas e coligadas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Intervenção em controlada

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis, a controlada Companhia Águas de Santo Antônio S.A. sofreu uma intervenção municipal (Poder Concedente) em 22 de fevereiro de 2016, a partir daquele momento a Companhia deixou de manter controle operacional sobre os ativos dessa controlada. A Administração da Companhia está discutindo administrativamente e judicialmente essa questão com o Poder Concedente, não sendo possível nesse momento a mensuração de eventuais efeitos econômicos e regulamentares sobre suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

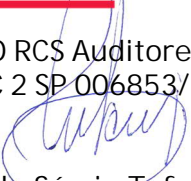
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 28 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 006853/F-9



Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Balanços patrimoniais  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>19.755</b>	<b>55.788</b>	<b>94.309</b>	<b>105.159</b>	<b>Circulante</b>		<b>18.581</b>	<b>8.770</b>	<b>71.092</b>	<b>55.392</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	258	644	3.211	5.012	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	428	3	22.797	29.056
Contas a receber de Clientes	5	2.083	524	27.912	35.905	Fornecedores		417	768	16.322	11.688
Créditos tributários	6	499	566	2.906	4.160	Encargos tributários a pagar	16	488	262	9.985	8.328
Estoques	7	-	-	6.078	5.862	Salários e encargos sociais a pagar	17	459	674	2.453	2.767
Adiantamentos	8	968	-	6.073	-	Impostos e contribuições parcelados	18	346	257	2.727	1.172
Partes relacionadas	9	682	39.893	254	166	Adiantamento de clientes	20	11.840	-	11.841	-
Títulos de Valores Mobiliários	10	12.965	13.818	46.604	47.244	Partes relacionadas	9	-	5.386	50	40
Outros ativos circulantes		10	343	1.271	6.810	Dividendos propostos	21.2	4.603	1.420	4.603	1.420
Dividendos a Receber		2.290	-	-	-	Demais contas a pagar		-	-	314	921
<b>Não circulante</b>		<b>202.116</b>	<b>136.301</b>	<b>247.197</b>	<b>208.268</b>	<b>Não circulante</b>		<b>24.193</b>	<b>20.419</b>	<b>67.480</b>	<b>81.137</b>
Realizável a longo prazo		90.432	82.461	89.529	82.679	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	288	688	43.967	64.782
Partes relacionadas	9	36.127	50.594	20.101	17.011	Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	11	14.961	11.352	91	42
Títulos de Valores Mobiliários	10	22.438	-	15.447	15.672	Partes relacionadas	9	22	200	-	500
Créditos tributários	6	-	-	4.801	5.255	Impostos e contribuições parcelados	18	2.196	2.036	13.497	10.427
Outros ativos não circulante		-	-	4.897	2.436	Provisão para contingências	19	595	259	4.681	5.386
Ativo classificado como mantido para venda	11	31.867	31.867	44.283	42.305	Perda com investimentos	12	6.131	5.884	5.244	-
Investimentos	12	110.387	52.425	17.059	15.563	<b>Patrimônio líquido controladores</b>		<b>179.097</b>	<b>162.900</b>	<b>179.097</b>	<b>162.900</b>
Imobilizado	13	1.297	1.415	16.442	16.209	Capital social	21	158.187	158.187	158.187	158.187
Intangível	14	-	-	124.167	93.817	Adiantamento para futuro aumento de capital		151	152	151	152
						Reservas legal	21.3	1.268	299	1.268	299
						Reservas de retenção de lucros		19.491	4.262	19.491	4.262
						Participações de não controladores		-	-	23.837	13.998
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>179.097</b>	<b>162.900</b>	<b>202.934</b>	<b>176.898</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>221.871</b>	<b>192.089</b>	<b>341.506</b>	<b>313.427</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>221.871</b>	<b>192.089</b>	<b>341.506</b>	<b>313.427</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	8.723	8.991	165.849	114.500
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(1.440)	(4.450)	(89.511)	(62.081)
LUCRO BRUTO		7.283	4.541	76.338	52.419
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		13.551	18.980	(26.832)	(7.754)
Despesa Gerais e Administrativas	24	(6.956)	(10.649)	(22.700)	(26.310)
Despesas Comerciais	24	(1.217)	(702)	(2.467)	(2.826)
Outras Receitas/Despesas	26	5.857	102	2.071	1.465
Resultado com Equivalência Patrimonial	12	16.066	9.580	(3.537)	(732)
Compra vantajosa		-	20.649	-	20.649
Amortização de Investimentos (Agio/Mais Valia)		(199)	-	(199)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITOS FINANCEIROS		20.834	23.521	49.506	44.665
RESULTADO FINANCEIRO	25	2.563	11	(11.279)	(13.453)
Despesas Financeiras		(302)	(408)	(17.957)	(19.410)
Receitas Financeiras		2.865	419	6.678	5.957
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR/CS		23.397	23.532	38.228	31.212
Imposto de Renda e Contribuição Social		(408)	(413)	(9.122)	(5.270)
Corrente		(408)	(413)	(8.631)	(4.405)
Diferido		-	-	(491)	(865)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		22.989	23.119	29.105	25.942
Prejuízo do exercício prov do ativo mant para venda, líquido de imposto	11	(3.609)	(1.167)		(1.394)
( = ) LUCRO DO EXERCÍCIO		19.380	21.952	29.105	24.548
Atribuível ao controlador	26			19.380	21.952
Atribuível ao não controlador	26			9.725	2.596
Lucro por ação - Reais		0,1225	0,1388	0,1225	0,1388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	19.380	21.952	29.105	24.548
Total do resultado abrangente do exercício	19.380	21.952	29.105	24.548
Atribuível ao controlador			19.380	21.952
Atribuível ao não controlador			9.725	2.596

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidada								
	Controladora							Participação de não controladores	Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total		
			Reserva de retenção de lucros	Reserva legal					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.584	-	-	-	(15.971)	125.613	4.222	129.835	
Aumento de capital	16.603	151	-	-	-	16.754	-	16.754	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	7.180	7.180	
Lucro líquido do exercício	-	-	21.952	-	-	21.952	2.596	24.548	
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Compensação de prejuízos acumulados	-	-	(15.971)	-	15.971	-	-	-	
- Constituição reserva legal	-	-	(299)	299	-	-	-	-	
- Dividendos propostos	-	-	(1.419)	-	-	(1.419)	-	(1.419)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.187	151	4.262	299	-	162.900	13.998	176.898	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	114	114	
Lucro líquido do exercício	-	-	19.380	-	-	19.380	9.725	29.105	
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Constituição reserva legal	-	-	(969)	969	-	-	-	-	
- Reversão de Dividendos	-	-	1.420	-	-	1.420	-	1.420	
- Dividendos propostos	-	-	(4.603)	-	-	(4.603)	-	(4.603)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	158.187	151	19.491	1.268	-	179.097	23.837	202.934	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	19.380	21.952	29.105	24.548
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	238	223	4.950	8.830
Provisão para contingências	336	212	309	2.934
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	113	115	12.598	12.050
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	3.279	10.620
Juros apropriados sobre parcelamentos	168	471	890	471
Rendimento sobre créditos de cédulas imobiliárias	-	-	-	-
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	-	(438)
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	-	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(334)	1.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	547	865
Resultado de equivalência patrimonial	(16.103)	(9.580)	3.537	(732)
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	3.609	(20.649)	-	(20.649)
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	-	1.167	-	1.394
Resultado com outros investimentos	199	-	199	-
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.559)	(256)	9.037	(32.606)
Demais contas a receber e adiantamentos	(2.925)	3.286	(6.369)	(1.382)
Créditos tributários	(104)	(566)	1.290	(10.280)
Estoques	-	-	(201)	(5.862)
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	(1.452)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(352)	534	4.920	7.048
Encargos tributários a Pagar	226	71	2.391	3.814
Salários e encargos sociais a pagar	(214)	185	(380)	790
Impostos e contribuições parcelados	81	(312)	3.623	3.003
Adiantamentos de Clientes	11.840	-	11.841	-
Demais contas a pagar	-	(5.376)	(1.682)	(5.893)
Dividendos a Pagar	3.182	-	3.119	-
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	18.115	(8.523)	82.669	(1.015)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(120)	(34)	(40.190)	(19.385)
Aquisição de títulos de dívidas	(21.585)	-	(21.852)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	(8.722)	-	(33.794)	-
Variação do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	(25.750)	-	(22.574)	-
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	(16.062)	(12.349)	(20.960)	5.454
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(72.239)	(12.383)	(139.370)	(13.931)
Terceiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(88)	188	(6.265)	(7.666)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	57.007	(14.872)	29.159	(16.605)
Participação de não controladores	-	-	9.725	7.180
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	152	-	152
Variação do Patrimônio Líquido	(3.182)	16.603	22.808	16.603
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	53.737	2.071	55.427	(336)
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(387)	(18.835)	(1.275)	(15.282)
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	644	19.479	4.487	20.294
Final do exercício	257	644	3.212	5.012

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de prestação de serviços	9.116	9.503	177.178	127.194
Outros Resultados	5.950	-	3.426	-
Provisão p/Creditos de Liquidação Duvidosa	-	-	334	-
	15.066	9.503	180.938	127.194
Insumos adquiridos de terceiros	(6.306)	(10.880)	(95.820)	(67.188)
Produtos Químicos Consumidos	(2)	(10.880)	(1.017)	(67.188)
Materiais Consumidos	(469)	-	(13.024)	-
Energia Elétrica	(58)	-	(20.267)	-
Outros Custos de Produtos e Serviços	(357)	-	(8.840)	-
Custo de Construção	-	-	(35.540)	-
Serviços de Terceiros Contratados	(2.528)	-	(8.560)	-
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.760	(1.377)	85.118	60.006
Depreciações e Amortizações	(437)	(222)	(4.950)	(6.104)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	8.323	(1.599)	80.168	53.902
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.494	9.580	(3.537)	(732)
Receitas Financeiras	2.865	419	6.678	5.957
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	23.682	27.983	83.310	71.682
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	2.488	4.698	13.599	17.862
	2.488	4.698	13.599	17.862
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	1.233	925	20.791	8.313
	1.233	925	20.791	8.313
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Aluguéis	267	-	1.410	1.549
Juros e Variações Monetárias	314	383	18.406	14.074
Outras	-	25	-	5.336
	581	408	19.816	20.959
Remuneração de Capitais Próprios				
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	19.380	21.952	19.380	21.952
Participação de não controladores	-	-	9.725	2.596
TOTAL	23.682	27.983	83.311	71.682

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

A CONASA Infraestrutura S.A., anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S/A (“CONASA” ou Companhia), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2007, e tem por objeto social principal a participação como acionista em projetos de infraestrutura.

Além de desempenhar o papel de holding, a CONASA pode atuar, conforme seu estatuto, em: a) Participação como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresárias ou civis, e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades, com foco em infraestrutura; b) Prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral, em obra própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; c) Elaboração de projetos, assessoria e consultoria; d) Prestação de qualquer serviço e/ou a comercialização de produtos e equipamentos relacionados as suas atividades principais; e e) Locação de máquinas, equipamentos e veículos.

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 13 empresas, sendo 8 concessões ou Parceria Público Privadas de saneamento básico e iluminação pública, conforme descrito a seguir.

### Companhia Aguas de Itapema (“Aguas de Itapema”)

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado em 04/12/2015. O aditivo inclui o atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico e prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504.000 nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais.

### Sanesalto Saneamento S.A. (“Sanesalto”)

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP, com prazo de vencimento em agosto de 2032. Compõe os serviços da concessionária:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos (“ETE”);
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município;
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Em operação desde agosto de 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Sanesalto trata atualmente cerca de 96% do esgoto coletado, equivalente a 91% do esgoto gerado no município.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

Águas de Santo Antônio S.A. (“Águas de Santo Antônio”)

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos). A remuneração da concessionária se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Posteriormente, como será detalhado na Nota Explicativa 30 de Eventos Subsequentes, em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul")

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal a atuação como construtora em projetos de saneamento e demais setores de infraestrutura.

A Sanesul atualmente é sócia da Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária.

#### Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti")

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti - RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2015, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes.

A concessão terá prazo de duração de 30 anos.

#### Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, com o objeto social de realizar a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais.

O foco atual da Sanetrat é o tratamento de resíduos líquidos industriais, comerciais, domésticos, de fossas sanitárias, caixas de gordura e de chorume proveniente de aterros sanitários em Estações de Tratamento de Efluentes Industriais próprias.

#### Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax")

A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e constituída em 24 de fevereiro de 2012, tendo como objetivo social a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista

A Envimax atua em todas as áreas e atividades da ciência ambiental, tais como avaliação de áreas impactadas, execução de remediação e saneamento do solo e do aquífero subterrâneo, processos de escavação, gerenciamento de resíduos gerados, transporte e destinação final.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em gestão de iluminação pública, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico concessionárias de PPPs de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CarguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo.

#### Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”)

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, tendo por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, e com início de suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

#### Caragua Luz S.A. (“CaraguaLuz”)

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015. CaraguaLuz foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz")

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

#### Mauá Luz Ltda. ("Maua Luz")

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% da SPE, desenvolvendo esse projeto em parceria com a Urbeluz. O contrato de parceria define a opção de transferência da participação à Urbeluz, com as contrapartidas de assunção das obrigações societárias e financeiras, bem como responsabilidade de gestão técnica da SPE.

#### Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

#### 1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente em saneamento e iluminação pública. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os planos de negócio das controladas e coligadas inclui, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo apontados por capital circulante líquido negativo ou patrimônio líquido negativo.

A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa.

Os planos da Administração estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28 de março de 2017.

3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

### 3.3. Base de Consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas e investidas coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As empresas investidas nessas demonstrações contábeis estão apresentadas da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação acionária	
	2016	2015
Controladas		
Aguas de Santo Antonio S.A. (*)	100,00%	100,00%
Companhia Aguas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	83,70%	83,70%
Envimax Consult. e Serviços Ambientais S.A. (**)	57,50%	0,00%
Coligadas		
Sanesalto Saneamento S.A. (***)	49,95%	48,08%

(\*) Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016.

Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A, tendo posteriormente emitido o Decreto 004, onde decretou situação de emergência em relação ao serviço público de abastecimento de água no município e ainda emitiu o Decreto 005 onde autoriza a prestação do serviço público de abastecimento de água no município de Santo Antônio de Pádua, sob regime de permissão.

A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua, pelas razões mencionadas em eventos subsequentes.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

(\*\*) A Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. foi adquirida e passou a ser controlada no início de 2016;

(\*\*\*) Em 23 de maio de 2016 foram transferidas à Companhia 1,87% de ações, equivalente a 37.521 ações da Sanesalto Saneamento S.A. Ainda assim não há controle sobre tal investida.

### 3.3.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de reais.

### 3.5. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### 3.5.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

##### Receitas

##### Receita de Produtos e Serviços:

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

##### Receita de Construção:

De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas.

É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

#### Receitas e despesas financeiras

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### 3.5.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

#### Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.5.3. Ativo circulante e não circulante

#### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

#### Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades. Por se tratar de AFAC estas operações financeiras não têm juros remuneratórios.

#### Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

#### Intangível

A Companhia controladora não possui um registro no ativo intangível, pois é uma obrigação apenas em contrato de concessão das controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ativos intangíveis destacados nas empresas controladas referem-se aos ativos dos objetos dos contratos de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidos de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

A Companhia reconhece um ativo intangível, à medida que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados a utilização do serviço público conforme ICPC 01.

#### Perda no valor recuperável (impairment)

Na data de cada fechamento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Método de equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

#### 3.5.4. Passivo circulante e não circulante

##### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

##### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto a Sanesul e Urbeluz, que optaram pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### 3.5.5. Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, e eventualmente parte do valor para um ativo financeiro quando a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Companhia, possui diretrizes contratuais, que exigem que investimentos sejam efetuados em suas infraestruturas, como garantia de prestação de serviços de qualidade. Os bens construídos dentro dos contratos de concessão, são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear, de acordo com dos contratos, ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

#### 3.5.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 3.5.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.6. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho por compra vantajosa'.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.7. Mudanças em políticas contábeis

#### 3.7.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da companhia.

#### 3.7.2. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

#### IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixa esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e saldos em conta corrente	142	191	593	1.108
Aplicação liquidez imediata (a)	116	453	2.618	3.904
	<u>258</u>	<u>644</u>	<u>3.211</u>	<u>5.012</u>

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração média das aplicações financeiras equivalia a 100% do CDI.

5. Contas a receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de clientes	895	-	22.199	30.730
Carteira de clientes a ser amortizada em curto prazo (mais valia)	1.188	524	9.840	9.676
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.127)	(4.501)
	<u>2.083</u>	<u>524</u>	<u>27.912</u>	<u>35.905</u>

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas apresentam, no balanço consolidado de 2016, o valor de R\$ 9.840 (R\$ 9.676 em 2015), sendo que R\$ 164 referente a Águas de Santo Antônio, no qual não ocorre a consolidação devido a intervenção e R\$ 9.676 referente ao ágio sobre carteira de clientes da Urbeluz, considerado no cálculo da "mais valia" na aquisição de mais 31,63% da Companhia, conforme laudo de alocação do preço de compra.

A Companhia em suas concessões registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos consumidores, que tem por regra fiscal reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. A administração avalia os demais recebíveis em decorrência da avaliação da expectativa de recebimento. A PECLD tem representatividade em 2016 apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. Em 2015 incluía-se Águas de Santo Antônio S.A. Na investida Urbeluz, essas perdas são analisadas individualmente por se tratarem de valores devidos pelo poder público.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	2.083	524	21.773	21.376
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	2.853	4.292
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	543	274
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.596	1.799
Vencidos acima de 180 dias	-	-	5.274	12.665
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.127)	(4.501)
	<u>2.083</u>	<u>524</u>	<u>27.912</u>	<u>35.905</u>

## 6. Créditos Tributários

Os créditos tributários apresentados no ativo consolidado referem-se, substancialmente, à controlada Urbeluz Energética S.A. no montante de R\$ 2.298 referente a créditos de INSS no valor de R\$ 1.731 que já estão sendo compensados, Imposto de Renda e Contribuição Social no ativo circulante, e no ativo não circulante o montante de R\$ 4.801 que se referem a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas Alegrete RJ Participações e na Caraguá Luz S.A. - SPE. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	499	566	2.906	4.160
Ativo Não Circulante	-	-	4.801	5.255
	<u>499</u>	<u>566</u>	<u>7.707</u>	<u>9.415</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 6.1. Diferidos

Os créditos de impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Prejuízos fiscais e base negativa	10.924	10.924
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para riscos processuais	2.325	2.952
Lucros não realizados (consolidado)	-	711
Outras diferenças temporárias	868	868
	<u>14.117</u>	<u>15.455</u>
Imposto de renda diferido	3.529	3.864
Contribuição social diferido	1.272	1.391
	<u>4.801</u>	<u>5.255</u>

#### 7. Estoques

Os estoques apresentados nas demonstrações consolidadas são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A. e Urbeluz Energética S.A., representados por materiais a serem empregados nas operações decorrentes dos contratos de concessão.

	Consolidado	
	2016	2015
Companhia Aguas de Itapema	2.381	2.187
Urbeluz Eneergética S.A.	3.697	3.675
	<u>6.078</u>	<u>5.862</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda nos estoques e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo custo recuperável do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamento a funcionários	12	-	89	-
Adiantamento a fornecedores (a) - Itapema	-	-	1.007	-
Adiantamento a fornecedores (b) - Urbeluz	-	-	3.945	-
Outros Fornecedores	956	-	1.032	-
Total de adiantamentos	968	-	6.073	-

- (a) Valores classificados como adiantamentos a fornecedores referentes a prestadores de serviços na execução dos projetos de infraestrutura e melhorias iniciadas em 2016 e com prazo de conclusão em 2017.
- (b) Os saldos de adiantamentos a fornecedores derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Transações com partes relacionadas

9.1. Composição

	Relação	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)					
Aguas de Santo Antonio S.A.	Controlada	-	558	-	-
Sanetrat Saneamento S.A. (a)	Controlada	428	39.164	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	Outros	254	171	254	166
		682	39.893	254	166
Ativo não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)					
Companhia Aguas de Itapema (b)	Controlada	709	20.118	-	-
Aguas de Santo Antonio S.A.	Controlada	2.153	-	2.153	-
Urbeluz Energética S.A. (e)	Controlada	4.547	4.647	-	-
Sanesul Const. Saneamento Sul S.A. (f)	Controlada	23.994	17.754	-	1.649
Envimax Cons. e Serv. Ambientais S.A (c)	Controlada	27	3.516	-	3.516
Sanesalto Saneamento S.A.	Coligada	3.034	1.937	3.034	-
Sanetrat Saneamento S.A. (a)	Controlada	330	1.700	-	-
Conasa-SPE	Controlada	1.333	922	-	-
		36.127	50.594	5.187	5.165
Mutuos com Sócios/Consórcio (Urbeluz)					
Cobrapar - Cia Bras. Eng. Part. e Neg. (h)	Controlada	-	-	14.560	11.846
Consórcio Caraguá	Consórcio	-	-	354	-
		-	-	14.914	11.846
		36.127	50.594	20.101	17.011
		36.809	90.487	20.355	17.177

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.  
(anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S/A)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Relação	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo circulante					
Mútuos a pagar					
Sanesalto Saneamento S.A. (g)	Coligada	-	5.386	-	-
Envimax (MLF Consultoria Ltda). (e)	Outras	-	-	50	-
GPI Participações e Investimentos (e)	Outras	-	-	-	40
		-	5.386	50	40
Passivo não circulante					
Mútuos a pagar					
Infra Asset Management (e)	Outras	-	200	-	200
Sanetrat Saneamento S.A.	Controlada	22	-	-	-
Outras partes relacionadas (Urbeluz) (e)	Outras	-	-	-	300
		22	200	-	500
		22	5.586	50	540

- (a) Em 28 de julho de 2016 o saldo demonstrado foi convertido em capital social na respectiva controlada, juntamente com outros valores do primeiro semestre no montante de R\$ 40.548.
- (b) A Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada, cujo recursos foram destinados a execução dos investimentos previstos no contrato de concessão da Águas de Itapema. Em 04 de julho de 2016, o adiantamento foi convertido em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.
- (c) Em janeiro de 2016, a Envimax Consultoria e Serviços Ltda. fora adquirida pela CONASA, e o respectivo montante transferido para a rubrica de Investimentos.
- (d) Os principais saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações.
- (e) Os saldos residuais das informações consolidadas são referentes partes relacionadas que não fazem parte da presente consolidação, dessa forma não foram eliminados.
- (f) Os aportes realizados a Sanesul destinaram ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda., e deverá ser convertido em capital em períodos subsequentes.
- (g) O valor de R\$ 5.386 foi reconhecido como receita de obras.
- (h) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é provável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9.2. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP). Até o momento, não identificaram quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

## 9.3. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios de 2015 e 2016 não houveram despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, pois os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração.

A partir do exercício de 2017, a Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores, somando R\$ 1.320 por ano.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

## 10. Títulos de valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Sanesalto) (d)	12.965	13.818	12.965	13.817
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	1.950	1.738
Sanetrat (Cedula crédito imobiliário) (b)	-	-	31.689	31.689
	<u>12.965</u>	<u>13.818</u>	<u>46.604</u>	<u>47.244</u>
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Aguas de Itapema) (e)	22.438	-	-	-
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	11.052	11.410
Aguas de Itapema - Reserva CCB (c)	-	-	4.395	3.981
Aguas de Santo Antônio - Reserva CCB (c)	-	-	-	281
	<u>22.438</u>	<u>-</u>	<u>15.447</u>	<u>15.672</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os valores registrados na conta títulos de valores mobiliários contemplam debêntures a receber de coligadas e cédulas de créditos, conforme segue:

- (a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. Em 28 de dezembro de 2015 a Conasa Infraestrutura S.A. recebeu como aporte de capital debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A.;
- (b) Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A..

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCIs são oriundas do “Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento”, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A., os imóveis arrendados foram:

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado (“em conjunto, “Alienação Fiduciária”).), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”).

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Existe Ação de Falência que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

Alguns argumentos fortalecem o entendimento acima referido:

- (i) O imóvel que garante o pagamento das obrigações com a massa falida é o imóvel de Itupeva-SP, também adquirido pela Vênus na Ação de Falência e hipotecado por esta para fazer frente às obrigações de quitação dos créditos em aberto. Caso a Brazal não cumpra o pagamento, a Ação de Falência poderá levar a planta de Itupeva-SP à leilão;
- (ii) A despeito de ter sido arrolado posteriormente, especialmente para garantia de pagamento dos ACCs, foi transferido, por determinação judicial, definitivamente transferido à Brasil Food Service Group S.A. antes da emissão das CCIs e celebração do contrato de alienação fiduciária em garantia;
- (iii) As CCIs foram emitidas em 30/05/2014 e 05/08/2014, respectivamente, sendo garantidas pela Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel, devidamente registrada na Matrícula nº 12.342, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina/MT; (iv) o bloqueio judicial existente na matrícula deste imóvel foi desconstituído por meio de decisão judicial, nos autos do processo de falência, em 13/11/2014 e
- (iv) A alienação fiduciária atende a todos os requisitos e validade e legalidade, não podendo ser desconsiderada, aliada à boa-fé da Sanetrat quando realizou a operação.

Por fim, independentemente de qualquer imbróglio judicial, a Marfrig apresentou nos autos da Falência em referência, Carta de Intenção de aquisição das unidades industriais localizadas nas cidades de Itupeva/SP e Nova Xavantina/MT, "condicionada à expressa anuência do credor fiduciário" (Sanetrat), o que garante e reforça, em última hipótese, o posicionamento desta Companhia no sentido de é praticamente certa a realização de tal ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig, conforme proposta, ainda no exercício de 2017. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI.

- (c) As controladas “Companhia Águas de Itapema” e “Águas de Santo Antônio S.A.” que não consolida, possuem aplicações financeiras, que são garantias aos contratos de empréstimos junto a instituições financeiras.
- (d) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no importe total de R\$ 12.965, de emissão de sua coligada Sanesalto Saneamento S.A. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses.
- (e) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no importe total de R\$ 22.438, de emissão de sua controlada Companhia Águas de Itapema, com vencimento em 02 de julho de 2.029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios através do IGP-M.

#### 11. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para “Ativo não circulante classificado como mantido para venda”.

A seguir são demonstrados o balanço patrimonial e o resultado do exercício do ativo classificado como mantido para venda.

- (a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.  
(anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S/A)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	-	55
Demais contas a receber	4	4
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	<u>4</u>	<u>59</u>
Partes Relacionadas	2.989	-
Investimentos	3.217	4.173
Imobilizado	-	-
Intangível	-	-
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	<u>6.206</u>	<u>4.173</u>
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	<u>44.283</u>	<u>42.305</u>
Fornecedores	50	1
Obrigações fiscais	1	-
Demais contas a pagar	40	41
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	<u>91</u>	<u>42</u>
Partes relacionadas	23.994	17.754
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	<u>23.994</u>	<u>17.754</u>
(-) Eliminação de partes relacionadas	(23.994)	(17.754)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Consolidado)	<u>91</u>	<u>42</u>

Controladora

	2016	2015
Ativos Adquiridos	<u>44.283</u>	<u>42.305</u>
(-) Passivos Adquiridos	(91)	(42)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	<u>44.192</u>	<u>42.263</u>
(-) Participação de não controladores	(3.292)	(3.994)
(-) Partes relacionadas	(23.994)	(17.754)
(-) Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti - Participação Conasa 83,70%	<u>(31.867)</u>	<u>(31.867)</u>
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Controladora)	<u>(14.961)</u>	<u>(11.352)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(147)	(241)
Outras receitas/despesas	53	(82)
Despesas financeiras	(2)	(21)
Receitas financeiras	1	125
Equivalência patrimonial	(4.217)	(1.175)
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Consolidado)	<u>(4.312)</u>	<u>(1.394)</u>
(-) Participação de não controladores	703	227
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Controladora)	<u>(3.609)</u>	<u>(1.167)</u>

(b) Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(4.312)</u>	<u>(1.394)</u>
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	13
Baixa de Ativos Imobilizados	-	87
Equivalência patrimonial	4.218	
	<u>(94)</u>	<u>(1.294)</u>
Atividades operacionais		
(Aumento)/redução nos ativos	-	23
Aumento/(redução) nos passivos	49	(122)
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(45)</u>	<u>(1.393)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de investimento	(4.910)	(1.574)
Alienação do imobilizado		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.900	2.968
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(10)</u>	<u>1.394</u>
Aumento Líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(55)</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalente de caixa - Início do período	55	54
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	-	55
Aumento Líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(55)</u>	<u>1</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

12.1. Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema (**)	100,00%	18.934	18.934	100,00%	11.868	11.868
Sanetrat Saneamento S.A. (**)	100,00%	42.799	42.799	100,00%	1.967	1.967
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(16.202)	(8.093)	48,08%	(15.839)	(7.761)
Envimax Cons. Serv. Ambientais	57,50%	17	10	-	-	-
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	29.756	14.878	50,00%	16.352	8.176
Maua luz Ltda	20,00%	250	50	-	-	-
			68.578		14.348	14.250
Ágio/Mais Valia em coligadas/Controladas						
Mais Valia						
Sanesalto Saneamento S.A.			25.103			24.973
Envimax Cons. Serv. Ambientais			3.504			-
Urbeluz Energética S.A.			13.202			13.202
			41.809			38.175
			-			38.175
			110.387		14.348	52.425
Perda com investimentos (passivo)						
Conasa SPE S.A.	99,99%	(887)	(887)	99,99%	(668)	(668)
Águas de Santo Antônio S/A	100,00%	(5.244)	(5.244)	100%	(5.216)	(5.216)
		(6.131)	(6.131)		(5.884)	(5.884)
Saldo líquido de investimento			104.256			46.541

(\*) Desconsiderados os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital dos patrimônios líquidos das Companhias.

(\*\*) Valores dos investimentos já considerados os dividendos a receber na controladora.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da adquirida. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da coligada, não sendo ativo intangível seu. No consolidado todos os ágios são alocados, registrados como intangível e carteira de clientes.

## 12.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Aquisição e Aumento de capital	Ágio na aquisição	Equivalência patrimonial do exercício	Dividendos a Receber	
Investimentos (ativo)						
Águas de Itapema	11.868	-	-	9.268	(2.201)	18.935
Sanetrat Saneamento	1.967	40.547	-	374	(89)	42.799
Sanesalto Saneamento	(7.761)	-	(303)	(29)	-	(8.093)
Envimax Cons. Amb. S/A	-	12	-	(2)	-	10
Urbeluz Energética S/A	8.176	-	-	6.702	-	14.878
Maua luz Ltda	-	50	-	-	-	50
	<u>14.250</u>	<u>40.609</u>	<u>(303)</u>	<u>16.313</u>	<u>(2.290)</u>	<u>68.579</u>
Ágio em coligadas:						
Sanesalto	24.973	-	129	-	-	25.102
Urbeluz	13.202	-	-	-	-	13.202
Envimax Cons. Amb. S/A	-	-	3.504	-	-	3.504
	<u>38.175</u>	<u>-</u>	<u>3.633</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.808</u>
	<u>52.425</u>	<u>40.609</u>	<u>3.330</u>	<u>16.313</u>	<u>(2.290)</u>	<u>110.387</u>
Perda com investimento (passivo)						
Águas de Santo Antônio	(5.216)	-	-	(28)	-	(5.244)
Conasa SPE	(668)	-	-	(219)	-	(887)
	<u>(5.884)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(247)</u>	<u>-</u>	<u>(6.131)</u>
	<u>46.542</u>	<u>40.609</u>	<u>3.330</u>	<u>16.066</u>	<u>(2.290)</u>	<u>104.256</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12.3. Combinação de Negócios

#### 12.3.1 Sanesalto

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 48,08% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures. Em 23 de maio de 2016 foram transferidas à Companhia 1,87% de ações que estavam em nome de pessoas físicas, equivalente a 37 ações da Sanesalto Saneamento S.A.

Na data próxima a aquisição, a Administração da Companhia contratou empresa independente especializada para avaliação econômico-financeira da Sanesalto, e o valor justo estimado pelos especialistas foi de R\$ 35.800, desta forma, apurou-se a mais valia na aquisição:

#### (a) Mais valia sobre o investimento:

	2015		2016	
	Participação acionária	Impactos	Participação acionária	Impactos
Estimativa de valor justo da Sanesalto		35.800		35.800
Mais valia do investimento adquirido (proporcional a participação)	48,08%	17.213	48,08%	17.213
Mais Valia na aquisição de 37 ações a custo R\$ 0,00		-	1,87%	326
Amortização de Agio e da Mais Valia (Laudo PPA)				(199)
Patrimônio líquido da investida na data de aquisição (proporcional a participação)		(7.762)		(7.762)
Mais valia do investimento adquirido	48,08%	24.975	49,95%	25.102

A Companhia assumiu as ações da empresa que apresentava passivo a descoberto de R\$ 7.762, adquiriu parcela das debêntures em circulação e logrou êxito na reestruturação das mesmas, aumentando o valor justo da empresa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(b) Compra Vantajosa sobre o investimento

	Valor em R\$ mil
Contraprestação transferida	-
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos na adquirida	8.381
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	(620)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (*)	(24.973)
Compra vantajosa	<u>(17.212)</u>

12.3.2 Urbeluz

A Companhia adquiriu participação na Urbeluz, através de aquisição de ações e posteriormente um aumento de capital. Em 05/01/2015, a Companhia aumentou o capital da Urbeluz e em 30/10/2015, a Companhia adquiriu um total de 31,13% do capital social da companhia Urbeluz, atingindo 50% do e o controle da respectiva Companhia.

(a) Mais valia

Conforme laudo elaborado internamente com o propósito de estabelecer os valores de Alocação do Preço de Compra (PPA, Purchase Price Allocation) dos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos e passivos assumidos na aquisição de 50 % das quotas do capital da Urbeluz Energética S.A., efetuada pela Conasa, tornando-se controladora por meio do Acordo de Acionistas firmado em 05 de janeiro de 2015. A combinação de negócios gerou o montante total de mais valia de R\$ 13.202, alocados nas rubricas Intangível de controlados de concessão R\$ 3.527 e carteira de clientes a ser amortizada no curto prazo de R\$ 9.675.

(b) Compra vantajosa sobre investimento

(+) Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida	18.676
(+) Montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida	8.177
(+) Valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	(16.354)
(-) Valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos	(13.202)
Compra vantajosa	<u>(2.703)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 12.3.1. Aquisição Sanesul

Em 16 de junho de 2014 a Companhia adquiriu 83,7% do capital social da Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - "Sanesul", através das negociações abaixo:

- Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e a Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar (denominada vendedora), a Conasa adquiriu 75 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 16.817.950 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 4.006;
- Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e Jorge Rodrigues Alves (denominado vendedor), a Conasa adquiriu mais 8,70 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 1.950.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 1.958.

A adquirida é uma sociedade por ações, de capital fechado, regularmente constituída, que tem como atividade a participação na empresa de Águas de Meriti Ltda. (participação de 49% do capital social) , concessão esta dos serviços públicos no Município de São João do Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos para a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços de esgotamento sanitário, bem como realizar a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e obras de engenharia.

Na data próxima a aquisição da Sanesul, a Administração da Companhia contratou empresa independente especializada para avaliação econômico-financeira da empresa Águas de Meriti (principal e mais relevante ativo da Sanesul), e o valor justo estimado pelos especialistas foi de R\$ 77.700, desta forma, apurou-se apurou a mais valia na aquisição e a compra vantajosa sobre o investimento, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Mais valia sobre o investimento:

	Participação acionária	Impactos
Estimativa de valor justo da Aguas de Meriti Ltda. (Avaliação EY)		77.700
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - Participação na Águas de Meriti	49%	38.073
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento - Participação na Sanesul - Mais valia sobre investimento	83,70%	<u>31.867</u>

(b) Compra vantajosa sobre o investimento:

	Valor em R\$ mil
Contraprestação transferida	5.965
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos na adquirida	(1.855)
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	11.380
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(31.867)
Compra vantajosa	<u>(16.377)</u>

## 13. Imobilizado

### 13.1. Composição

	Vida útil (%)	Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(9)	1	2
Máquinas e equipamentos	10	604	(347)	257	316
Computadores e periféricos	20	403	(307)	96	150
Móveis e utensílios	10	159	(114)	45	50
Veículos	10	757	(559)	198	197
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Terrenos	-	700	-	700	700
		<u>2.635</u>	<u>(1.338)</u>	<u>1.297</u>	<u>1.415</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil (%)	Consolidado			31/12/2015 Líquido
		31/12/2016		Líquido	
		Custo	Depreciação		
Instalações	10	28	(12)	16	19
Máquinas e equipamentos	10	3.428	(1.229)	2.199	1.839
Computadores e periféricos	20	1.046	(831)	215	275
Móveis e utensílios	10	695	(335)	360	308
Veículos	10	4.068	(3.091)	977	529
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Benfeitorias em imóveis	10	6.727	(453)	6.274	584
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Imobilizado em andamento		31	-	31	6.285
		<u>22.395</u>	<u>(5.953)</u>	<u>16.442</u>	<u>16.209</u>

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia (Controladora) de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

### 13.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Depreciação	
Instalações	2	-	(1)	1
Máquinas e equipamentos	316	-	(59)	257
Computadores e periféricos	150	8	(62)	96
Móveis e utensílios	50	10	(15)	45
Veículos	197	102	(101)	198
Softwares e aplicativos	-	-	-	-
Terrenos	700	-	-	700
	<u>1.415</u>	<u>120</u>	<u>(238)</u>	<u>1.297</u>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Reclassificações	Adições	Depreciação	
Instalações	19	-	-	(3)	16
Máquinas e equipamentos	1.839	194	345	(284)	2.094
Computadores e periféricos	275	-	68	(128)	215
Móveis e utensílios	308	-	101	(49)	360
Veículos	529	-	585	(137)	977
Software e aplicativos	-	-	2	(2)	-
Benfeitorias em imóveis	584	6.060	-	(370)	6.274
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Imobilizado em Andamento	6.285	(6.254)	-	-	31
	<u>16.209</u>	<u>-</u>	<u>1.101</u>	<u>(973)</u>	<u>16.337</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

14.1. Composição

	Taxa de Amortização	Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Infraestrutura de concessão (Itapema) (**)	3,27%	116.417	(36.424)	79.993	82.349
Infraestrutura de concessão (Santo Antônio)	2,65%	-	-	-	5.337
Infraestrutura de concessão (Urbeluz)(**)	4,00%	18.865	(487)	18.378	2.603
Softwares e Aplicativos	20%	3.075	(2.305)	770	-
Mais valia sobre intangível baseado em contratos de concessão(*)		3.528	-	3.528	13.203
Ágio (Goodwill) - Envimax (***)		3.504	-	3.504	-
Obras em Andamento (Itapema)		17.994	-	17.994	-
		<u>163.383</u>	<u>(39.216)</u>	<u>124.167</u>	<u>103.492</u>

(\*) Mais Valida está relacionado a aquisição do controle da empresa Urbeluz Energética S.A. referente a composição da carteira de clientes e o intangível, considerado no cálculo da "mais valia" na aquisição de mais 31,63% da Companhia, ficando a Conasa com 50% de participação e com controle na administração.

(\*\*) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,27% da companhia Águas de Itapema.

(\*\*\*) Foi reconhecido ágio na aquisição da empresa Envimax na data de 02/01/2016.

A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

14.2. Movimentação do intangível

	Vida Útil (%)	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
		Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
Infraestrutura de concessão (Itapema)	3,27	81.122	1.828	-	(2.957)	-	79.993
Infraestrutura concessão (Santo Antônio) (a)	2,65	5.337	-	(5.337)	-	-	-
Infraestrutura de concessão (Urbeluz) (b)	4	2.603	15.687	-	(487)	575	18.378
Softwares e Aplicativos	20	1.227	76	-	(533)	-	770
Obras em andamento (Itapema)	0	-	17.994	-	-	-	17.994
Ágio (Goodwill)	0	3.528	3.504	-	-	-	7.032
		<u>93.817</u>	<u>39.089</u>	<u>(5.337)</u>	<u>(3.977)</u>	<u>575</u>	<u>124.167</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A companhia deixou de consolidar as informações em 2016, vide mais informações nota Explicativa (1).  
(b) As taxas de amortizações variam de acordo com o término de cada contrato.

14.3. Serviços de construção

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de construção	35.539	10.729
Custo de construção	(35.539)	(10.729)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de project finance, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

	Vencimento final	Taxa efetiva	Controladora	
			Circulante	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
Financiamentos maq. e equip. - Finame (a)	nov/18	6,99%	428	3
			<u>428</u>	<u>3</u>
<u>Arrendamentos mercantis financeiros</u>				
Financiamentos maq. e equip. - Finame (a)	nov/18	6,99%	288	688
			<u>288</u>	<u>688</u>
			<u>716</u>	<u>691</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Parte do valor do Finame em 31 de dezembro de 2015 foi reclassificado durante o exercício de 2016 para curto prazo.

	Vencimento final	Taxa Contratual (a.a.)	Consolidado			
			31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Financiamento de Maq e Equip. -						
Finame	nov/18	3,15%	428	288	-	-
Outros empréstimos e financiamentos						
		12,00%	246	269	3	282
Debentures (Conasa-SPE)	jun/24	IGP-M + 8,75%	2.375	10.877	2.130	11.451
Debentures (Urbeluz)	jul/15	IGP-M + 9,32%	-	-	3.178	-
Empréstimos Execução Obras		-	-	-	5.386	-
Capital de giro - CDI (Urbeluz)	dez/18	CDI + 5,8%	6.143	5.707	4.537	9.079
CCB - Itapema	nov/21	IGP-M + 10,5%	13.413	26.826	12.066	35.046
CCB - Santo Antônio	jun/19	IGP-M + 9,5%	-	-	1.647	8.236
			<u>22.605</u>	<u>43.967</u>	<u>28.947</u>	<u>64.094</u>
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ (Urbeluz)	abr/19	8,81%	192	-	105	-
Financiamento de Maq e Equip. -						
Finame	nov/18	3,15%	-	-	4	688
			<u>192</u>	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>688</u>
			<u>22.797</u>	<u>43.967</u>	<u>29.056</u>	<u>64.782</u>

## 15.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2017	428	22.797	231	13.802
2018	288	15.711	457	13.802
2019	-	10.347	-	13.802
2020	-	10.770	-	13.802
Após 2020	-	7.139	-	9.574
Total	<u>716</u>	<u>66.764</u>	<u>688</u>	<u>64.782</u>

## 15.3. Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

As CCB emitidas pela Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio e as debêntures da CONASA SPE são financiamentos estruturados na modalidade de project finance, com cessão dos recebíveis futuros, além de alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As CCB emitidas pela Águas de Santo Antônio e as debêntures emitidas pela CONASA SPE contam com fiança corporativa da Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

#### 15.4. Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2014, parte destas debêntures foram escrituradas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

#### 15.5. Debêntures Urbeluz Energética S.A.

Em 03 de junho de 2014, a Companhia emitiu 1 debênture conversível em ação ao valor nominal de R\$ 1.443, remunerada ao 1% ao mês. Além da remuneração prevista, o titular da debênture fará jus a um prêmio fixo no valor total de R\$ 2.273. Essas debêntures foram liquidadas durante o exercício de 2016.

#### 15.6. Debêntures Companhia Águas de Itapema S.A.

Em 04 de julho de 2016, o adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.7. Amortização das Debêntures

Vencimento em	Conasa-SPE	Itapema
2017	2.375	-
2018	1.768	-
2019	1.768	-
2020	1.768	-
2021	1.768	-
Após 2021	3.805	22.438
	<u>13.252</u>	<u>22.438</u>

### 16. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
PIS e COFINS a recolher	228	89	2.371	3.196
Retenção de impostos	16	83	541	1.207
Impostos de renda e Contribuição Social	244	78	3.203	2.539
ISS a Recolher	-	12	84	1.038
Impostos diferidos (*)	-	-	3.786	348
	<u>488</u>	<u>262</u>	<u>9.985</u>	<u>8.328</u>

(\*) Refere-se a Pis/Cofins no valor de R\$ 919 e de IR/CS no valor de 2.454 sobre receita não faturadas na investida Urbeluz e suas controladas.

### 17. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários, 13º e férias	160	382	1.262	966
Fgts s/salários, 13º e férias	19	68	163	206
Inss s/salários, 13º e férias	214	194	728	1.595
Irrf s/ salários, 13º e férias	66	30	297	-
Contribuição Sindical / Assistencial	-	-	3	-
	<u>459</u>	<u>674</u>	<u>2.453</u>	<u>2.767</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Parcelamento previdenciário	56	65	335	102
Parcelamento federal	124	45	1.781	567
Parcelamento do Refis da Crise	166	147	611	503
	<u>346</u>	<u>257</u>	<u>2.727</u>	<u>1.172</u>
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	135	-	1.221	493
Parcelamento federal	308	124	5.210	1.691
Parcelamento do Refis da Crise	1.753	1.912	7.066	8.243
	<u>2.196</u>	<u>2.036</u>	<u>13.497</u>	<u>10.427</u>
	<u>2.542</u>	<u>2.293</u>	<u>16.224</u>	<u>11.599</u>

Em 22 de agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas Águas de Itapemas e Sanetrat, aderiram ao "Refis da Crise", instituído pela lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela medida provisória nº 651 de 9 de julho de 2014. Em 25/09/2015 foram consolidados os débitos de tributos apenas controlados pela receita federal e procuradoria da receita federal, quanto aos previdenciários, a Receita Federal ainda não publicou a data da consolidação dos débitos.

## 19. Provisão para contingências

### 19.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Saldos patrimoniais:

		Consolidado			
		31/12/2016			
Probabilidade de perda		Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		1.953	2.376	352	4.681
		1.953	2.376	352	4.681

		Consolidado			
		31/12/2015			
Probabilidade de perda		Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		2.052	2.982	352	5.386
		2.052	2.982	352	5.386

(b) Movimentação:

		Consolidado			
		Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.052	2.982	352	5.386
Adições		104	185	-	289
Baixas por reversão		(203)	(791)	-	(994)
Baixas por liquidação		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.953	2.376	352	4.681

		Controladora			
		31/12/2016			
Probabilidade de perda		Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		44	293	258	595
		44	293	258	595

		Controladora			
		31/12/2015			
Probabilidade de perda		Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		110	30	119	259
		110	30	119	259

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	110	30	119	259
Adições	-	330	139	469
Baixas por reversão	(66)	(67)	-	(133)
Baixas por liquidação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44	293	258	595

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

Ações tributárias

Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 19.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 2.291 em processos cíveis, R\$ 863 em processos trabalhistas e 1.589 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

## 20. Adiantamento de Clientes

Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.840, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em dezembro de 2017, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

## 21. Patrimônio Líquido

### 21.1. Capital social subscrito e integralizado

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 158.187, representado por 158.187 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	158.187	100%	158.187	100%
	<u>158.187</u>	<u>100%</u>	<u>158.187</u>	<u>100%</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21.2. Dividendos mínimos obrigatórios

Por deliberação unânime da assembleia geral de acionistas de 03 de maio de 2016, a distribuição de dividendo não foi aprovada, revertendo o dividendo obrigatório de R\$ 1.420 para a reserva de lucros.

A Companhia reconheceu o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 4.603, a ser aprovado a distribuição em assembleia geral ordinária.

## 21.3. Reserva legal

Reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não podendo ser utilizada para pagamento de dividendos. A Companhia reconheceu a reserva legal sobre o lucro líquido de 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 969.

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	299
Adições	969
Baixas por reversão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.268</u>

## 22. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita de obras de engenharia	8.742	9.221	15.173	14.998
Receita de locação de veículos e equip.	374	282	180	282
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	46.989	44.767
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	79.297	56.418
Receita de construção (Saneamento)	-	-	19.826	10.729
Receita de construção (Energia)	-	-	15.713	-
Cancelamentos	-	-	(2.962)	(4.381)
Impostos sobre prestação de serviços	(393)	(512)	(8.367)	(8.313)
	<u>8.723</u>	<u>8.991</u>	<u>165.849</u>	<u>114.500</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custos com pessoal	(608)	(2.389)	(9.449)	(10.566)
Custos com materiais e insumos	(468)	(891)	(11.303)	(12.089)
Custos com produtos químicos	(2)	(37)	(1.017)	(1.016)
Custos com serviços de terceiros	(362)	(1.133)	(8.317)	(6.159)
Custos com amortização	-	-	(3.762)	(5.094)
Custos com energia elétrica	-	-	(20.123)	(16.428)
Custos com construção	-	-	(35.540)	(10.729)
	<u>(1.440)</u>	<u>(4.450)</u>	<u>(89.511)</u>	<u>(62.081)</u>

24. Despesas Administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(2.235)	(2.309)	(6.479)	(7.296)
Com serviços de terceiros	(2.699)	(4.455)	(9.629)	(9.923)
Com viagem	(531)	(952)	(1.335)	(1.604)
Com locação	(264)	(663)	(1.091)	(1.549)
Com depreciação	(238)	(222)	(1.188)	(1.010)
Outras despesas	(989)	(2.048)	(2.978)	(4.928)
	<u>(6.956)</u>	<u>(10.649)</u>	<u>(22.700)</u>	<u>(26.310)</u>
Despesas Comerciais				
Com pessoal	-	-	(721)	(671)
Propaganda e Publicidade	(870)	(600)	(1.269)	(808)
Provisões contingênciais	(336)	-	25	(471)
Outras despesas	(11)	(102)	(502)	(876)
	<u>(1.217)</u>	<u>(702)</u>	<u>(2.467)</u>	<u>(2.826)</u>
	<u>(8.173)</u>	<u>(11.351)</u>	<u>(25.167)</u>	<u>(29.136)</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(113)	115	(2.297)	(2.776)
Juros sobre CCBs e debêntures	-	-	(12.143)	(9.120)
Despesas bancárias	(4)	(27)	(306)	(2.757)
Juros/Multas tributárias	(211)	(471)	(1.806)	(2.178)
Outras despesas financeiras	(11)	(25)	(1.405)	(2.579)
	<u>(339)</u>	<u>(408)</u>	<u>(17.957)</u>	<u>(19.410)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	348	357	991	892
Juros sobre faturamento	-	-	601	176
Desconto obtido	3	2	49	9
Rendimentos s/títulos de dívida	2.507	-	4.248	-
Outras receitas financeiras	7	60	789	4.880
	<u>2.865</u>	<u>419</u>	<u>6.678</u>	<u>5.957</u>
	<u><u>2.526</u></u>	<u><u>11</u></u>	<u><u>(11.279)</u></u>	<u><u>(13.453)</u></u>

26. Outras Receitas/Despesas

A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.

27. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Período	29.105	24.548
Lucro atribuído a não controladores	9.725	2.596
Resultado atribuível aos acionistas	<u>19.380</u>	<u>21.952</u>
Quantidade de Ações	158.187.034	158.187.034

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 28. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico, gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa e fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti e Águas de Santo Antônio são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial.

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2016, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Receitas Líquidas		Lucro Operacional	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saneamento Básico	66.383	53.590	20.711	25.086
Energia	84.743	50.184	24.480	11.760
Urbeluz	69.030	50.184	24.480	11.760
Saneamento Ambiental	4.702	3.949	1.263	629
Outros	10.021	6.777	3.052	7.190
	<u>165.849</u>	<u>114.500</u>	<u>49.506</u>	<u>44.665</u>

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saneamento Básico	(3.005)	(5.035)	216.688	228.321
Energia	(1.358)	(616)	79.178	46.202
Saneamento Ambiental	(332)	(231)	13.475	2.461
Outros	(255)	(222)	32.165	36.443
	<u>(4.950)</u>	<u>(6.104)</u>	<u>341.506</u>	<u>313.427</u>

## 29. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2016 e vigentes até as datas variáveis em 2017, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 30. Instrumentos financeiros

### 30.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria		Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	258	258	644	644
Contas a receber	valor atualizado	2.083	2.083	524	524
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	36.809	36.809	90.487	90.487
Títulos de Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	35.403	35.403	13.818	13.818
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	417	417	768	768
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	716	716	691	691
Partes relacionadas	Custo amortizado	22	22	5.386	5.386
Categoria		Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	3.211	3.211	5.012	5.012
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	27.912	27.912	35.905	35.905
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	62.051	62.051	62.916	62.916
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	20.355	20.355	17.177	17.177
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	16.322	16.322	11.688	11.688
Empréstimos e financiamentos e Debentures	Custo amortizado	66.764	66.764	93.838	93.838
Partes relacionadas	Custo amortizado	90	90	540	540

(\*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

### 30.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Saldo do Ativo / Passivo	Saldo em Risco (*)	Cenários		
				Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
<b>Ativo financeiro</b>						
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	3.211	313	-	(78)	(156)
Debêntures Sanesalto	Redução da Taxa IGPM	12.965	648	-	(162)	(324)
Sanetrat CCI	Redução da Taxa IPCA	31.689	1.521	-	(380)	(760)
		<u>47.865</u>	<u>2.482</u>	<u>-</u>	<u>(620)</u>	<u>(1.240)</u>
<b>Passivo financeiro</b>						
CCB Itapema	Aumento na taxa IGPM	40.239	2.012	-	(503)	(151)
Capital de Giro Urbeluz	Aumento na taxa CDI	11.850	1.155	-	(289)	(169)
Finame	Aumento na taxa TJLP	941	71	-	(17)	(8)
Debêntures - Conasa SPI	Aumento na taxa IGPM	13.252	663	-	(165)	(50)
		<u>66.282</u>	<u>3.901</u>	<u>-</u>	<u>(974)</u>	<u>(378)</u>

- (\*) Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte.

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

### 31. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

CONASA - Em 24 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral cuja Ata foi levada a registro na Junta Comercial do Paraná a denominação da Companhia foi alterada para CONASA Infraestrutura S.A. e o seu Capital Social foi aumentado em R\$ 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 162.687 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e quatro reais) pela integralização de ações INFRA Saneamento Fundo de Investimentos em Participações.

ÁGUAS DE ITAPEMA - Em 25 de janeiro de 2017 foi publicado o Termo de Convênio n 012/2017/ARESC firmando entre o município de Itapema e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC, tendo por objeto a delegação pelo Município à ARESC as questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. Esse convênio está em linha com a Lei 11.445 de 5 janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Companhia entende que com o reestabelecimento da regulação estão colocadas as condições para apresentação à Reguladora de pleito para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para recompor o status quo ante à restrição imposta à cobrança de tarifa sazonal incidente sobre os grandes consumos no período de verão (dezembro a fevereiro). No exercício de 2016 o faturamento bruto da Companhia Águas de Itapema foi reduzido de R\$ 2.212. Os efeitos dessa redução persistirão no exercício de 2017 e serão relatados adequadamente nas demonstrações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Águas de Itapema obteve aprovação para financiamento junto ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no montante de R\$ 13.200, juros remuneratórios de TJLP + 7,4% a.a. e 240 meses de prazo. Em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a concessão de garantia fidejussória Águas de Itapema para contrair empréstimo junto ao para suportar o Plano de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Itapema.

ÁGUAS DE SANTO ANTÔNIO - Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A.A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

MARABÁLUZ - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.  
(anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S/A)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra  
forma)

---

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O  
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria executiva

- Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto;
- Diretor Administrativo Financeiro: Manoel Motta Netto;
- Diretor de Operações: César Ferreira de Menezes;
- Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.
- Contador: Isaac do Nascimento - CRC PR 043.806/O-1

---

Mario Vieira Marcondes Neto  
Diretor Presidente

---

Isaac do Nascimento  
Contador CRC-PR043806/O-1